

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 005 DE 18 DE JULHO DE 2024

REUNIÃO DO CONSELHO DIRETOR Nº 697/2024

Disciplina a realização de procedimentos de participação social

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA MUNICIPAL DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE SÃO GABRIEL/RS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 3.354, de 20 de janeiro de 2011.

Considerando a necessidade de regulamentação e padronização dos processos de audiências públicas, consultas e tomada de subsídios no âmbito da AGESG.

Considerando a importância da participação social nos processos decisórios e informativos da AGESG.

Considerando a elevada necessidade de propiciar aos agentes regulados e aos usuários o amplo acesso às informações, bem como a oportunidade de manifestação e consequentemente contribuições sobre os processos de competência desta Agência.

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o anexo desta Resolução, que consolida e disciplina a realização de consulta e audiência pública no âmbito da AGESG.

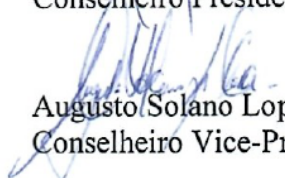
Art. 2º. Determinar que a Resolução entrará em vigor 30 (trinta) dias após sua publicação no site institucional da Agência.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.


Agência Municipal de Regulação dos Serviços Públicos Delegados de São Gabriel/RS –
AGESG, Sala de Reunião do Conselho Diretor, em 18 de julho de 2024.



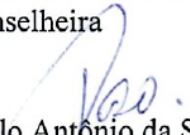
Luis Henrique Nunes Motta
Conselheiro Presidente



Augusto Solano Lopes Costa
Conselheiro Vice-Presidente



Rosa Mabel Abascal Rodriguez
Conselheira



Paulo Antonio da Silva Oliveira
Conselheiro

Registre-se e publique-se

CERTIFICO QUE

Resolução

delegada nº 005

FOI PUBLICADO EM

21 / 07 / 2024

ASSINATURA



TÍTULO I
PROCEDIMENTO PADRONIZADO DE CONSULTA E AUDIÊNCIA PÚBLICA

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Esta Resolução tem por objetivo disciplinar a realização de audiências públicas e consultas públicas prévias à normatização dos serviços regulados e às decisões emitidas pela AGESG, atuando conforme determina o controle social, obtendo através de conjuntos de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participação nos processos de formulação de políticas, planejamento e avaliação relacionados aos serviços públicos.

Art. 2º. Para os efeitos desta Norma, considera-se:

I - Audiência Pública: instrumento de apoio à tomada de decisão por meio do qual é facultada a manifestação oral de quaisquer interessados em sessão pública destinada a debater matéria relevante;

II - Consulta Pública: instrumento de apoio à tomada de decisão que permite à sociedade ser consultada previamente, por meio do envio de críticas, sugestões e contribuições por quaisquer interessados, para subsidiar as normas regulatórias e as decisões da AGESG;

III – Tomada de Subsídio: instrumento de participação social aberto ao público com o intuito de coletar dados, informações ou evidências, durante as fases preliminares do processo regulatório da Agência.

Art. 3º. São objetivos dos procedimentos:

I - Apresentar publicamente e de modo prévio as minutas de normas regulatórias sobre os serviços públicos regulados e os estudos técnicos que fundamentaram as decisões da AGESG, conferindo transparência à regulação;

II - Promover a participação do poder concedente, dos delegatários, dos usuários e da sociedade nos processos de regulação de serviços públicos delegados;

III - Oportunizar aos interessados a crítica e o oferecimento de contribuições aos atos regulatórios;

IV - Identificar os aspectos relevantes das matérias submetidas as audiências públicas e as consultas públicas.

Art. 4º. Constituem diretrizes para a realização das consultas públicas e das audiências públicas:

I - Divulgação ampla e prévia dos atos, com objeto, periodicidade para contribuições, data, horário e local para realização, conforme o caso;

II - Possibilidade de ampla participação dos delegatários, usuários, poderes concedentes e demais interessados;

III - Sistematização das contribuições recebidas;

IV - Compromisso de análise específica das contribuições recebidas;

V - Publicidade e transparência em relação as contribuições recebidas e a respectiva análise da AGESG.

Art. 5º. Os instrumentos de participação poderão serem realizadas previamente aos seguintes atos, constituindo condição para sua validade:

I - Atos normativos regulatórios;

II - Revisões ordinárias e extraordinárias;

III - Reajustes tarifários não previstos em contratos de delegação.

Parágrafo Único. O Conselho Diretor poderá determinar a realização de tomada de subsídios, audiência ou consulta pública, ou de ambas, previamente aos atos decisórios não abrangidos neste artigo, em razão de sua complexidade, abrangência ou relevância para o serviço público delegado.

Art. 6º. A realização dos procedimentos não será obrigatória quando o ato tiver por objeto o seguinte:

I - Alterações formais em normas vigentes;

II - Consolidação de normas vigentes;

III - Edição ou alteração de normas que se limitem a aplicar disposições legais e contratuais pertinentes;

IV - Edição ou alteração de normas de organização interna da AGESG, incluindo seu Regimento Interno, observado o art. 30 desta Resolução;

V - Revisões ordinárias ou extraordinárias destinadas exclusivamente a contemplar as alterações legais, bem como aquelas resultantes de decisão judicial;

VI - Reajustes tarifários cujos índices estiverem previstos em contratos de delegação ou em resolução específica da AGESG que os estabeleça.

Parágrafo Único. A alteração de normas processuais constantes do Regimento Interno deverá ser precedida de consulta e audiência pública, na forma desta Resolução, não se aplicando o inciso IV deste artigo.

Art. 7º. As minutas de atos normativos serão analisadas pelos setores competentes, previamente ao encaminhamento do processo ao Conselho Diretor, para exame da conformidade jurídica e formal, no prazo de até 15 (quinze) dias, prorrogável, justificadamente, por igual período.

CAPITULO II DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Art. 8. A audiência pública será divulgada mediante aviso que conterá o objeto, a data, o local e o horário de sua realização.

§ 1º. O aviso de que trata este artigo será divulgado com antecedência mínima de 10(dez) dias, no endereço eletrônico e redes sociais da AGESG na Internet.

§ 2º. A critério do Conselho Diretor da AGESG, o aviso poderá, também, ser divulgado por outros meios a fim de ampliar a participação dos interessados.

§ 3º. Serão convidados para a audiência pública, mediante ofício ou correspondência eletrônica, os órgãos e as entidades públicas relacionados ao serviço regulado, os delegatários e suas entidades representativas, bem como as principais entidades de defesa dos consumidores.

Art. 9. As audiências públicas serão realizadas preferencialmente na sede do município da prestação do serviço público regulado.

Parágrafo único. A AGESG providenciará meios para que as audiências públicas possam ser também realizadas de modo on-line, com a participação dos interessados.

Art. 10. A mesa da Audiência Pública será presidida pelo Conselheiro Relator do processo ou, em caso de ausência justificada, pelo Conselheiro indicado pelo mesmo, competindo-lhes a coordenação da audiência pública.

Art. 11. Compete ao Conselheiro Coordenador da audiência pública:

- I - Realizar a abertura, a suspensão e o encerramento da audiência;
- II - Observar o tempo fixado em regulamento para as manifestações orais dos participantes, podendo eventualmente ampliá-lo em razão do número de inscritos;
- III - Manter a ordem, podendo cassar a palavra de participante e determinar a retirada de pessoas que perturbarem a realização dos trabalhos;
- IV - Decidir, definitivamente, as questões de ordem e as reclamações sobre o procedimento adotado na audiência;
- V - Decidir sobre os casos omissos nesta resolução e na convocação da audiência pública.

Art. 12. A secretaria executiva fará o registro dos presentes em formulário próprio, que será anexado ao processo, bem como as inscrições dos interessados na manifestação verbal, que seguirá a ordem de inscrição.

Art. 13. Aberta a audiência pública pelo conselheiro coordenador, será feita a leitura do respectivo regulamento e, em seguida, fará, em linguagem clara e objetiva, a apresentação dos aspectos relevantes da minuta de ato normativo ou do estudo econômico-financeiro prévio a revisão ordinária ou extraordinária, conforme o caso.

§ 1º. Quando o objeto da audiência for a revisão ordinária ou extraordinária, o núcleo competente apresentará, antes do estudo técnico específico, breve explicação da metodologia utilizada.

§ 2º. Após a apresentação, o conselheiro coordenador oportunizará a manifestação verbal dos representantes do poder concedente e do delegatário, bem como a manifestação dos usuários, nessa ordem.

§ 3º. É facultado as entidades públicas ou privadas apresentar dois representantes para a respectiva manifestação, dividindo o tempo atribuído a cada um.

§ 4º. Será assegurado as entidades dos delegatários ou de defesa dos consumidores o dobro do tempo concedido à manifestação individual.

§ 5º. É facultada aos participantes inscritos a apresentação de arrazoados e documentos que serão oportunamente juntados ao expediente administrativo e anexados no campo próprio do endereço eletrônico da AGESG.

§ 6º. O conselheiro coordenador poderá fixar tempo determinado os núcleos da Agência para o direito de resposta as manifestações apresentadas na audiência.

Art. 14. Após o término das manifestações dos inscritos, e observado o horário para encerramento da audiência pública, o conselheiro coordenador poderá permitir manifestações adicionais de eventuais interessados.

Art. 15. A secretaria executiva deverá lavrar a ata da audiência pública, registrando de forma sucinta os principais fatos ocorridos durante o evento, os participantes e suas manifestações, em seus aspectos mais relevantes para a atuação da AGESG.

§ 1º. A ata deverá ser lavrada em até 20 (vinte) dias e conterá a assinatura do conselheiro coordenador e da secretaria da audiência.

§ 2º. A ata será juntada ao processo administrativo e anexada ao campo próprio das audiências públicas do endereço eletrônico da AGESG no prazo de 3 (três) dias contados da assinatura.

CAPITULO III

DA CONSULTA PUBLICA

Art. 16º. Realizada a instrução do processo administrativo sujeito à consulta pública e a audiência pública pelos setores competentes da AGESG, o encaminhará ao Secretário Executivo para distribuição.

Art. 17º. O Conselheiro Relator submeterá a realização da consulta pública e da audiência pública ao Conselho Diretor, com proposta de período da consulta, bem como de data, horário e local de realização da audiência.

Parágrafo Único. Nos casos em que a audiência pública for realizada fora da sede da AGESG, o Conselho Diretor poderá definir a data, horário e local até o término do prazo da consulta pública.

Art. 18. O prazo mínimo de realização de consulta pública será de 20 (vinte) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Conselho Diretor, conforme a complexidade da matéria e a quantidade de contribuições recebidas no período inicial.

Parágrafo único. A prorrogação do período da consulta pública deverá ser proposta pelo Conselheiro Relator ao Conselho Diretor no prazo de até 5 (cinco) dias antes do término do prazo inicial.

Art. 19. O aviso do período de consulta pública será publicado no endereço eletrônico da AGESG na Internet, bem como, em suas redes sociais, juntamente com a minuta do ato normativo ou o estudo técnico que fundamenta a revisão ordinária ou extraordinária, bem como com eventuais manifestações técnicas dos núcleos.

Art. 20. Os interessados em remeter à AGESG contribuições à minuta de ato normativo ou ao estudo técnico prévio as revisões ordinárias e extraordinárias deverão fazê-lo preferencialmente mediante o preenchimento de formulário constante no endereço eletrônico da Agência, no qual constarão campos para os seguintes registros:

- I - Identificação da pessoa física ou jurídica;
- II - Dispositivo da norma ou aspecto do estudo técnico a que se refere a contribuição;
- III - Contribuição do interessado, apresentada de forma objetiva;
- IV - Breve justificativa para a contribuição.

Parágrafo único. As contribuições deverão ser remetidas para o correio eletrônico informado no aviso de cada consulta pública, observados os requisitos estabelecidos neste artigo.

Art. 21. As contribuições de todos os interessados serão disponibilizadas na página eletrônica da AGESG em até 10 (dez) dias após o término da consulta pública, devendo constar também o respectivo processo administrativo.

Art. 22. Não constarão da página eletrônica da AGESG:

- I - Contribuições repetidas de um mesmo interessado;
- II - Críticas ou observações apresentadas em linguagem vulgar, ofensiva ou discriminatória;
- III - Contribuições que apresentem publicidade;
- IV - Informações vedadas ou restringidas por lei.

Art. 23. Terminado o período da consulta pública, havendo a necessidade, será realizada a audiência pública na data, horário e local previamente designados pelo Conselho Diretor.

Parágrafo único. Caso não houver a necessidade de realização de audiência pública, serão realizados todos levantamentos e dados obtidos através da consulta pública, para fins de contribuição no processo decisório.

CAPITULO IV

DA TOMADA DE SUBSÍDIOS

Art. 24. Realizada a instrução do processo administrativo sujeito à tomada de subsídio setores competentes da AGESG, o encaminhará ao Secretário Executivo para distribuição.

Art. 25. O Conselheiro Relator submeterá a realização da tomada de subsídio ao Conselho Diretor, com proposta de período, bem como, de data, horário de início.

Art. 26. O prazo mínimo de realização da tomada de subsídio será de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Conselho Diretor, conforme a complexidade da matéria e a quantidade de contribuições recebidas no período inicial.

Parágrafo único. A prorrogação do período da tomada de subsídios deverá ser proposta pelo Conselheiro Relator ao Conselho Diretor no prazo de até 5 (cinco) dias antes do término do prazo inicial.

Art. 27. O aviso do período de tomada de subsídio será publicado no endereço eletrônico da AGESG na Internet, bem como, em suas redes sociais, juntamente com informações mínimas ou o estudo técnico, bem como, com eventuais manifestações técnicas.

Art. 28. Os interessados em remeter à AGESG deverão fazê-lo preferencialmente mediante o preenchimento de formulário constante no endereço eletrônico da Agência, no qual constarão campos para os seguintes registros:

- I - Identificação da pessoa física ou jurídica;
- II - Dispositivo da norma ou aspecto do estudo técnico a que se refere a contribuição;
- III - Contribuição do interessado, apresentada de forma objetiva;
- IV - Breve justificativa para a contribuição.

Parágrafo único. As contribuições deverão ser remetidas para o correio eletrônico informado no aviso de cada tomada de subsídio, observados os requisitos estabelecidos neste artigo.

Art. 29. As contribuições de todos os interessados serão disponibilizadas na página eletrônica da AGESG em até 10 (dez) dias após o término da tomada de subsídio, devendo constar também o respectivo processo administrativo.

Art. 30. Não constarão da página eletrônica da AGESG:

- I - Contribuições repetidas de um mesmo interessado;
- II - Críticas ou observações apresentadas em linguagem vulgar, ofensiva ou discriminatória;
- III - Contribuições que apresentem publicidade;
- IV - Informações vedadas ou restringidas por lei.

Art. 31. Terminado o período da tomada de subsídio, serão realizados todos levantamentos e dados obtidos, para fins de contribuição no processo de continuidade de elaboração do ato.

CAPITULO IV

DA ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES

Art. 31. Concluída a audiência ou consulta pública e lavrada a respectiva ata, o conselheiro relator encaminhará o processo os núcleos competentes em razão da matéria, para o exame das contribuições recebidas em consulta pública e em audiência pública.

Art. 32. A análise das contribuições deverá ser realizada de forma objetiva, mediante parecer técnico, que conterá, no mínimo, o seguinte:

- I - Contribuição examinada;
- II - Breve justificativa técnica;
- III - Parecer sobre o acolhimento, acolhimento parcial ou rejeição de cada contribuição.

§ 1º. Quando mais de um núcleo tiver competência para manifestar-se sobre determinado aspecto, esses deverão articular-se, de modo a evitar manifestações contraditórias.

§2º. Em caso de ato normativo, além do exame de que trata este artigo, os núcleos competentes apresentarão proposta de redação para cada dispositivo objeto de contribuição, quando couber.

§ 3º. O parecer técnico poderá apresentar análise em blocos para contribuições repetidas ou que apresentem o mesmo objeto, sem prescindir da identificação dos interessados.

§ 4º. Recebido o processo, os núcleos competentes terão o prazo de 15 (quinze) dias para a apresentação dos respectivos pareceres, prorrogável, justificadamente, por igual prazo.

Art. 33. Ao núcleo responsável por assuntos jurídicos compete, além da manifestação jurídica, a consolidação da minuta final do ato normativo no prazo de até 15 (quinze) dias.

Art. 34. Concluído o exame das contribuições, o parecer e a minuta final do ato normativo serão divulgados e mantidos no endereço eletrônico da AGESG, e juntados ao processo administrativo, que será encaminhado ao conselheiro relator.

CAPITULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 35. Os núcleos da AGESG adotarão as providências necessárias para o suporte as audiências públicas, observando as condições de segurança para os participantes e servidores da agência e as condições para oportunizar a ampla participação social.

Art. 36. É facultado as pessoas físicas e jurídicas a realização de cadastro prévio para participação nas audiências públicas, mediante correspondência dirigida ao Conselheiro-Presidente da AGESG.

Art. 37. As normas de organização interna e de alteração do Regimento Interno deverão serem submetidas à consulta interna da AGESG no período mínimo de 30 (trinta) dias, aplicando-se, no processo de elaboração ou alteração, o que dispõe o art. 25 desta Norma.

Art. 38. Os prazos previstos nesta Resolução são computados ininterruptamente, excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento, devendo recair este em dia de expediente integral.

Art. 39. Os casos omissos e as dúvidas surgidas em decorrência da aplicação da presente Resolução Normativa serão resolvidos pelo Conselho Diretor da Agência Municipal de Regulação dos Serviços Públicos Delegados de São Gabriel/RS – AGESG.